

O debate sobre meio e raça na geração intelectual de 1870: a construção de um projeto de civilização para o Brasil

Bruno Gontyjo do Couto¹

Inspirado nos trabalhos desenvolvidos por Renato Ortiz e Ângela Alonso, o presente artigo retorna ao consagrado campo de estudos que trata do pensamento social brasileiro no último quarto do século XIX com o objetivo de lançar novas perspectivas a respeito do acalorado debate sobre meio, raça e nacionalidade que fora travado à época. Nossa principal hipótese é de que as questões racial e mesológica se tornaram fundamentais naquele momento por conta de uma determinada visão de sociedade e de uma respectiva missão política que foram compartilhadas por toda uma geração de intelectuais, militares e políticos.

Desde a década de 1850, as bases materiais e simbólicas do Império vinham se desestruturando. Por um lado, as estruturas econômica, social e política da ordem imperial passavam por um processo constante de transformação e crise, particularmente, por conta das ondas de modernização que chegavam ao país pelo Atlântico. Por outro, os seus alicerces simbólicos vinham sendo questionados e atacados por diversas frentes que se inspiravam em ideais que chegavam através dessas mesmas “ondas de modernização”. No âmago desse período de transformação, uma série de grupos e atores

¹ Mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), possui pesquisas desenvolvidas nas áreas de Sociologia da Cultura e Sociologia Urbana, com ênfase na história cultural de projetos de modernidade e modernização ligados à renovação de espaços urbanos no Brasil. E-mail: brunogcouto@gmail.com.

sociais que viviam e incorporavam o momento de diferentes perspectivas, começaram a gestar – direta e indiretamente, consciente e inconscientemente, por meio do cruzamento de práticas e discursos – um novo projeto de país, um novo projeto de sociedade: uma imagem de “civilização” inspirada na realidade que despontava no velho mundo. Em suma, tratava-se de um projeto de constituição da “nação” que tinha como metas o Estado republicano, o mercado de tipo capitalista e a ciência moderna.

Dentro desse contexto, a geração intelectual de 1870 assume a missão de formular análises e perspectivas sobre o país com o objetivo final de traçar o caminho que constituiria o Brasil como uma nação civilizada. Esses intelectuais acreditavam que a evolução rumo à civilização era um processo natural que só poderia ser apreendido por meio da ciência. Assim, em seu esforço obstinado pela construção de diagnósticos acerca da realidade nacional, lançaram-se ao estudo das determinações raciais e mesológicas que definiriam a singularidade da nacionalidade brasileira e, sobretudo, os desafios e obstáculos que ela impunha ao seu projeto de sociedade.

1. O diagnóstico do atraso e a constituição de uma “civilização” como meta

Dentre as doutrinas europeias que se difundiram pelo mundo através da onda de integração e modernização promovida pela II Revolução Industrial, o positivismo de Auguste Comte² e o evolucionismo social de Herbert Spencer³ foram duas teorias que chegaram com extrema força na América Latina e no Brasil, constituindo-se como o

² Com relação à obra de Comte, pode-se dizer que dois momentos centrais de sua teorização tiveram impacto entre os pensadores latino-americanos. O primeiro deles foi o diagnóstico de que as sociedades modernas estavam passando por um processo de transição, no qual a sociedade teológico-militar seria suplantada pela sociedade científico-industrial. Associado ao primeiro está o segundo: a lei dos 3 estados sociais, que dividia as etapas da humanidade a partir das maneiras de pensar que as caracterizariam. Segundo essa lei, o espírito humano teria progredido do estado teológico para o metafísico e, finalmente, estaria entrando no estado positivo. As duas proposições sinalizavam para um momento de transição das sociedades modernas e delegavam um papel político central às ciências, sobretudo à Sociologia, no sentido de que somente elas seriam capazes de prever a realização necessária desse processo evolutivo e, logo, orientar o Estado (MORAES FILHO, 1989).

³ Os trabalhos de Spencer propunham a aplicação universal das leis biológicas, defendendo a existência de um processo evolutivo que iria do mundo inorgânico até o mundo supra-orgânico ou social. Assim, como a matéria e os organismos, as sociedades também evoluiriam através de uma dinâmica de integração por diferenciação, passando de estados simples de “homogeneidade indefinida” para estados complexos de “heterogeneidade coerente”. Segundo o autor, esse processo estaria desdobrando-se historicamente na substituição das sociedades militares pelas sociedades industriais (DURANT, 1980).

núcleo-base do pensamento político-intelectual aqui desenvolvido. Os intelectuais brasileiros combinavam a lei dos 3 estágios de Comte com a perspectiva da evolução por integração e diferenciação de Spencer, além de ajustarem a política científica comtiana à defesa do estado industrial, pacificado e liberal promovida pelo filósofo inglês. A base de sua perspectiva era a crença em uma evolução social linear, na qual o modelo de pensamento metafísico e a organização centralizada e coercitiva de tipo militar seriam substituídos, através da intervenção de um governo orientado cientificamente, por um pensamento científico e uma organização de tipo industrial, liberal e pacificada (LEMOS, 1999, p. 357).

Nas publicações e discursos do movimento de 1870, encontramos uma interpretação do processo de integração e modernização que chegava ao Brasil como um processo evolucionário (determinado por leis naturais) rumo à civilização, sendo marcado por crises morais e sociais relativas às contradições da transição de um estágio social anterior e inferior para um estágio novo e superior que poderiam ser evitadas por reformas político-sociais orientadas pela ciência, único instrumento legítimo de compreensão das leis que moviam a realidade.

A formação intelectual e política forjada em meio a esse processo de integração modernizadora e à crise da ordem imperial, combinada com as doutrinas europeias e o seu binômio civilização e ciência, levou boa parte dos intelectuais do movimento de 1870 a construir algumas constatações padrões sobre a realidade brasileira. O princípio de todo o diagnóstico era a ideia de que uma mudança inevitável ocorria no mundo todo. As sociedades estariam em um momento crítico do processo evolutivo no qual elas transitariam de uma forma militar, aristocrática e medieval para uma forma caracterizada pelo desenvolvimento econômico, pela complexidade social, pela expansão da participação política e pela racionalização do Estado, além da substituição da religião pela ciência enquanto orientação normativa da conduta (ALONSO, 2002, p. 239).

Como apontado por Ortiz (2006, p. 15), o diagnóstico da realidade brasileira a partir de uma história natural da humanidade definia de imediato o nosso estágio civilizatório como inferior, muito distante da etapa alcançada pelos países europeus. A constatação era de que o Brasil ainda era uma formação aristocrática e medieval, muito

atrasada com relação às sociedades modernas que despontavam na Europa, com seus Estados e economias poderosas. A partir desse diagnóstico, a consciência do atraso seria uma marca do pensamento do movimento de 1870.

É nesse sentido que Tobias Barreto, diante do estado de pauperismo e desagregação social das cidades do interior, dizia que o Brasil ainda não era uma nação (BARRETO, 1926, p. 101). Para essa geração de pensadores, era preciso remodelar a estrutura social e política do país, modernizá-la, para que esse pudesse figurar entre as nações civilizadas. Como observa Alonso em um comentário sobre essa geração:

A política científica deu-lhes um parâmetro, a escala evolutiva, para comparar o desempenho do país com o que julgavam ser um movimento universal (...). A história brasileira foi reavaliada, revelando a incompatibilidade entre a sociedade imperial... e a civilização moderna (ALONSO, 2002, p. 241).

O diagnóstico de 1870 interpretava a especificidade do cenário brasileiro como uma diferença de fase, apreendida a partir de uma teleologia histórica e de uma filosofia social progressista que esclareciam o nosso estágio de atraso e definiam o programa de intervenção necessário para superá-lo. Nesse quesito, a influência comtiana era generalizada: o melhor programa de intervenção seria a realização, pelo Estado, de um conjunto de reformas sociais e políticas orientadas pela ciência.

Dentro da perspectiva comtiana, o governo aparecia como uma questão de competência intelectual e técnica: somente uma intelligentsia bem instrumentalizada seria capaz de agir em nome do bem comum. A transição para um estágio social moderno deveria ser orientada por uma elite político-intelectual habilitada por sua familiaridade com o conhecimento científico e por sua capacidade de compreender e analisar a realidade brasileira (VITA, 1965, p. 89). A geração intelectual de 1870 não hesitou em se auto-reconhecer como essa elite político-intelectual responsável por sintonizar o país com a marcha da civilização. Logo procedeu à realização de duas etapas incontornáveis da transição moderna guiada pela política científica.

Na primeira etapa, procurou diagnosticar a realidade histórica singular do país, tentando identificar as possíveis causas do atraso e os impasses que provocavam as crises de transição. Na segunda, a partir do diagnóstico feito, propôs uma série de caminhos possíveis para que o Brasil se constituísse como um país civilizado, um

conjunto de reformas sociais e políticas necessárias para superação do estágio de atraso e transformação do país.

2. Uma ciência sobre o Brasil: o debate sobre a questão racial e o problema da miscigenação

Os intelectuais do movimento de 1870, movidos por essa visão de mundo e de sociedade, assumiram então sua missão civilizatória, procedendo ao diagnóstico da realidade política, social e econômica do país com o objetivo de desvendar o que mantinha o país em posição tão distante dos países europeus e o que obstaculizava o avanço do processo de civilização. Influenciados pelo conteúdo determinista das doutrinas científicas europeias, principalmente das teorias raciais e do positivismo (que afirmava que a diversidade das formações sociais seria explicada pela diversidade das raças, dos climas e da política), elegeram duas chaves explicativas básicas para a compreensão do que seria essa singularidade histórica e social chamada Brasil: o meio e a raça.

Daí destacar, na formação de qualquer nacionalidade, “três elementos essencialíssimos, que, mais do que todos os outros, concorrem para êsse resultado; são eles o condicionalismo geográfico, o condicionalismo étnico e o condicionalismo psicológico (SALES *apud* VITA, 1965, p. 97).

Afinal, como argumenta Ortiz (2006, p. 17), éramos um país geograficamente muito diferente da Europa e que tinha sido povoado por uma combinação de raças muito diferente da europeia, sendo necessário enquadrar tanto particularidades quanto diferenças, de modo a entender os condicionantes da formação étnica e social brasileira, suas implicações para o estágio civilizatório do país, além de vislumbrar possibilidades de intervenção.

Assim, realizou-se um esforço hercúleo, presente nas obras de praticamente todos os pensadores daquela geração, no sentido de analisar sincrônica e diacronicamente a formação social brasileira. Por um lado, procurou-se compreender os fenômenos sociais e políticos da época à luz das determinações do meio e da raça, esmiuçando, muitas vezes, o comportamento dos indivíduos, as tradições coletivas e

mesmo as instituições sociais a partir do condicionamento dos climas regionais, dos processos mesológicos e dos tipos raciais. As publicações da Faculdade de Medicina de Salvador e do médico Nina Rodrigues a respeito da degeneração física e mental da população mestiça são exemplares desse tipo de análise (SCHWARCZ, 1993, p. 211). Por outro lado, e essa parece ter sido a opção mais frequente, voltou-se para a história nacional com o intuito de entender o processo de constituição sociopolítica e étnica do Brasil a partir de princípios científicos e deterministas, relativamente diferentes dos que tinham sido adotados pela geração romântica⁴. Sem deixar de dialogar com as narrativas anteriores, essa nova geração reatualizou a temática da colonização, agora pela perspectiva da decadência: todo o processo de colonização passa a ser visto como fator condicionante do atraso.

A releitura do processo de colonização encaminhou uma reinterpretação dos processos de formação do Estado e da Nação *brasileiros* e das estruturas socioeconômicas e hierarquias políticas *herdadas*. (...) Os grupos identificaram o processo de colonização como a *causa primeira* a partir da qual um complexo emaranhado de problemas se desdobraria (ALONSO, 2002, p. 240).

Vale a pena repetir. As análises sincrônicas e diacrônicas da formação social brasileira visavam diagnosticar as singularidades e, sobretudo, as diferenças do nosso país de modo a compreender o que éramos (nossa constituição social-nacional como fórmula explicativa do nosso estágio civilizatório), mas, principalmente, o que não éramos (nossa formação social-nacional como um problema, como algo não realizado e, por isso, atrasado), vislumbrando ainda como poderíamos superar essa lacuna.

Nesse sentido, como apontado por Ortiz (2006, p. 17), a problemática étnica envolvendo as diversas raças e sub-raças que compunham a população nacional, somada à problemática das tramas mesológicas em curso nas diferentes regiões do país, estava ligada a alguns questionamentos muito caros aos intelectuais de 1870: existe um povo

⁴ A geração romântica, composta por nomes como José de Alencar e Gonçalves de Magalhães, construiu através da literatura e da poesia uma imagem de nacionalidade brasileira com fortes componentes míticos e religiosos, tendo como cerne a síntese original entre europeus e indígenas. “A idealização da nacionalidade tinha por epicentro a fusão de um colonizador épico com um bom selvagem” (ALONSO, 2002, p.57). Assim, seu trabalho intelectual contribuiu para a construção de uma narrativa da origem que afirmava a especificidade da nação brasileira como um sucedâneo autóctone da civilização europeia.

brasileiro, enquanto entidade minimamente homogênea? Existe um tipo étnico representativo da nacionalidade? Quais são seus atributos, virtudes e vícios, bem como quais são as implicações destes para o estágio social brasileiro? Como responder a essas questões, levando em conta os inúmeros cenários geográficos existentes nas diversas regiões do país? Qual o impacto da diversidade de meios sobre a questão racial? De que modo as populações nacionais se distribuem e se relacionam com o território nacional?

Em última medida, esses intelectuais tinham como parâmetro de seu diagnóstico uma grade de noções e valores que vinha do próprio processo de “*nation-building*” europeu. Assim, tomavam como um questionamento existencial, individual e coletivo, se existiria ou não um povo-nação brasileiro, a base ontológica a partir da qual se constituiriam as sociedades-nacionais modernas e se legitimaria a ação dos estados-nacionais modernos. Em termos mais precisos, a geração de 70 questionava: seria o Brasil uma sociedade unida por laços étnicos e linguísticos, constituída por uma história comum e circunscrita em um determinado território, capaz de representar seus interesses através de um Estado constituído? Existiria em nosso país, um povo e uma nação de fato?

Ou seja, a única base política que pode ser dada ao Estado é a soberania nacional: ‘Só o povo é o único competente para escolher o governo que quiser, desde que entenda que a forma preferida esteja de harmonia com sua índole, seus costume, seus antecedentes históricos e suas necessidades sociais. Esse direito, que é imprescritível e inalienável, reside permanentemente na nação e constitui a própria vida do corpo social’ (SALES *apud* VITA, 1965, p. 84).

Acreditamos que foi com esse conjunto de preocupações em mente que os intelectuais de 1870 realizaram diversos estudos sobre as vicissitudes do meio brasileiro, a sua relação com as variações raciais e, principalmente, a conversão das três raças durante o processo de colonização.

Como afirma Ortiz, essa perspectiva permite entender o contexto e os motivos pelos quais as teorias raciais foram acatadas com tanto entusiasmo no Brasil, mesmo quando elas já vinham sendo criticadas na Europa. O autor argumenta que a temática racial constituiu a linguagem pela qual aqueles intelectuais apreenderam a realidade social brasileira, refletindo, inclusive, o dilema da construção de um Estado nacional

que ainda não teria se consolidado (ORTIZ, 2006, p. 30). A assertiva de Lilia Schwarcz complementa a tese:

Apesar das respostas hoje datadas de um grupo limitado que fez uma ciência positiva e determinista seu modelo privilegiado de explicação, o fato é que esse modelo racial foi amplamente assumido nesse momento, constituindo-se em um argumento, quase consensual, para uma questão constantemente levantada e poucas vezes respondida: *afinal, que país é este?* (SCHWARCZ, 1993, p. 19)

Nesse período, a combinação entre o tema da miscigenação, da diversidade racial, dos cenários geográficos brasileiros e da colonização vai reatualizar a teoria das três raças do historiador Von Martius, só que em moldes deterministas, vinculando-a a problemática do atraso e da constituição nacional enquanto realidade e possibilidade. A imagem das três raças se tornou tão forte que passou a ser vista como base de toda a história e de toda a formação social brasileira, transformando-se em objeto privilegiado de análise e substituindo de vez a representação luso-tupi da geração romântica.

A imagem de Brasil que surgia ali recriminava a violência da colonização..., mas também acentuava... o lado positivo de sua obra: a implantação de uma raiz ibérica na América. A incorporação simbólica do negro como elemento formador escancarava como marca peculiar do país a escravidão africana... (...) Também desarmavam a representação luso-tupi da nacionalidade que foi abandonada em favor da tríade em que entrava definitivamente o africano (ALONSO, 2002, p. 290)

Segundo Ortiz (2006, p. 20), a reconstituição da história da formação social brasileira a partir da epopeia das três raças procurava equacionar o profundo dilema que a diversidade racial trazia para a questão da existência de um tipo nacional por meio da figura do mestiço. Os intelectuais de 70, cientes que a civilização europeia não pôde ser transplantada integralmente para o solo brasileiro e que duas outras raças consideradas inferiores contribuíram para a evolução da história brasileira, procuravam encontrar um ponto de equilíbrio nessa figura étnica que definiria nossa diferenciação nacional (ORTIZ, 2006, p.20). A partir da tese da “aclimatação”, esses intelectuais acreditavam que o mestiço era o resultado da adaptação da civilização europeia nos trópicos. Ortiz defende que a busca por uma identidade nacional encontrou, na “experiência aclimatadora” do mestiço, o fator que definiria nossa singularidade.

Contudo, a “solução” para a questão da existência de um tipo nacional desdobrava-se em um novo dilema. O olhar da geração de 70 para a temática racial foi majoritariamente subsidiado pelas teorias raciais de meados do século XIX. Autores como Le Bon, Taine e Gobineau viam o processo de miscigenação como fator de degeneração e desequilíbrio. O mestiço, enquanto produto do cruzamento entre raças desiguais, incorporava os defeitos das raças inferiores, além de apresentar o agravante de constituir-se a partir de elementos raciais mal equilibrados. Era um decaído. Influenciada por essas teorias, a maioria dos intelectuais brasileiros tinha uma perspectiva muito pessimista com relação à mestiçagem. Muito representativa dessa tendência foram as atuações dos professores e estudantes da Faculdade de Medicina de Salvador, principalmente de Nina Rodrigues, que publicaram uma série de estudos relacionando o fenômeno da mestiçagem como causa de doenças e epidemias (SCHWARCZ, 1993, p. 207). A partir das teorias raciais e do darwinismo social, esses médicos condenavam o cruzamento como o nosso maior mal (SCHWARCZ, 1993, p. 208).

Mesmo os autores mais moderados, que eram menos pessimistas com relação ao elemento mestiço, viam o cruzamento a partir de uma perspectiva negativa. Nabuco admitia que “muitas das influencias da escravidão” podiam “ser atribuídas á raça negra, ao seu desenvolvimento mental atrazado, aos seus instinctos bárbaros ainda, ás suas superstições grosseiras” (NABUCO, 2011, p. 174). Silvio Romero, anos mais tarde, afirmaria que algumas boas qualidades do colono europeu foram dissolvidas pelo contato com índios e negros e com o meio tropical, resultando na formação de uma índole destruidora (ROMERO, 2001, p. 58).

Segundo Schwarcz, a percepção das fragilidades e especificidades ligadas a uma configuração nacional profundamente miscigenada gerava um grande dilema para aqueles pensadores. Afinal, o tipo nacional era o mestiço e a perspectiva das teorias raciais apontava para a inviabilidade de alcançarmos, nessa condição, um estágio civilizatório superior. Como produto dos cruzamentos raciais, as chamadas sub-raças reuniam limitações físicas e mentais das raças inferiores, não estando aptas ao progresso e à civilização (SCHWARCZ, 1993, p. 240). Havia uma boa dose de desilusão e, principalmente, uma forte “consciência do atraso” nesse diagnóstico.

Contudo, a nosso ver, foi justamente no caráter “ambíguo” do elemento mestiço, por reunir pontos positivos e negativos das raças cruzadas, que aqueles intelectuais vislumbraram uma saída. Na visão da geração de 70, a população era sim mestiça, mas ainda não era um povo-nação inteiramente constituído, pelo menos não como as supostas ‘raças nacionais’ europeias. A partir daí, abriram-se duas frentes de interpretação.

Em vista da disseminação da explicação racial, somada ao pessimismo dos prognósticos e das análises científicas da época, restava a esses ‘homens de ciencia’ intervir nos estreitos limites que as teorias lhes permitiam (SCHWARCZ, 1993, p. 19)

A primeira frente esteve ligada a ideia de que passávamos por um processo de cruzamento racial ainda muito forte, ainda em aberto, o que sugeriria que o povo brasileiro era uma “raça em formação”. Assim, parte dos intelectuais acreditava que os estigmas das raças inferiores poderiam ser eliminados pela evolução desse processo de cruzamento, principalmente com a intervenção do Estado através da introdução do elemento branco-europeu, pelo branqueamento da população.

A segunda frente também acreditava que o processo de constituição da raça nacional estava em aberto, mas defendida que as sub-raças mestiças poderiam ser “melhoradas” na cadeia da evolução social através de um processo histórico e não biológico. Desse modo, defendiam uma intervenção civilizatória do Estado em favor da integração do território e das populações que nele viviam.

Muitas vezes os dois modos de interpretação eram combinados de maneiras inusitadas. De qualquer modo, portavam a crença em comum de que uma raça nacional apta à civilização poderia ser constituída a partir de uma intervenção civilizatória. Nesse sentido, Nabuco falava que a identidade nacional poderia ser salva no futuro através da “transusão do sangue puro e oxygenado de uma raça livre” (NABUCO, 2011, p. 70). Já Silvio Romero acreditava que parte dos nossos vícios étnicos poderiam ser extirpados ou minorados pela educação e pela seleção (ROMERO, 2001, p. 142).

Na perspectiva dos intelectuais de 1870, e do próprio movimento político-intelectual como um todo, o povo-nação brasileiro, enquanto uma entidade homogênea que convergiria para a construção de uma sociedade-nação, só existia como

possibilidade. A constituição do Brasil como um Estado-nacional moderno e, sobretudo, como uma sociedade-nacional moderna não era uma realidade, mas uma meta a ser conquistada: “O ideal nacional é na verdade uma utopia a ser realizada no futuro” (ORTIZ, 2006, p. 21).

3. Uma ciência sobre o Brasil: o debate sobre o meio e o problema da integração socioterritorial do país

Como dissemos, uma parcela do movimento de 70 acreditava que a intervenção civilizatória em favor da constituição do povo-nação brasileiro devia se dar através de um projeto de branqueamento da população. O esforço para transformar a imigração europeia em uma política de Estado, além de servir ao propósito da implantação do regime de trabalho livre, era uma forma de forjar um povo brasileiro etnicamente mais próximo dos povos europeus que detinham os atributos biológicos e comportamentais que fundamentaram o erguimento das nações civilizadas. O objetivo final era forjar uma raça nacional capaz de promover o processo civilizatório no Brasil.

Outra parte do movimento de 70 acreditava que a medida de intervenção civilizatória em favor da constituição de um povo-nação deveria seguir um caminho histórico-social e não biológico eugenista. Tratam-se de militares e intelectuais preocupados com a presença do elemento estrangeiro e com o estado de abandono das populações e do território nacional. Não que esse segmento fosse contra a imigração de europeus ou mesmo tivesse uma visão otimista do elemento mestiço, mas a sua perspectiva pregava que o problema passava necessariamente pelo aspecto das sub-raças brasileiras e do meio nacional: o trabalho de constituição do povo e da nação brasileira não teria como se esquivar da missão civilizatória de integrar as populações mestiças distribuídas ao longo do vasto território do país, procurando inseri-las no movimento do progresso com o objetivo de forjar uma raça nacional.

Segundo essa perspectiva, mesmo com o branqueamento da população e colonização do território por imigrantes europeus, continuaríamos sofrendo do mal de ser um povo fragmentado, mal constituído, com vastos contingentes humanos alheados dos interesses da pátria e do processo de civilização. Tão temeroso quanto sermos um

povo fragmentado, era o fato de termos um território tão vasto quanto o desconhecimento e o domínio que tínhamos sobre ele. Um território esquecido era um erro que poderia não ser perdoado em tempos de expansões imperialistas. Um desleixo quando países como os Estados Unidos perpetravam uma política de franco domínio de territórios continentais. Principalmente para os segmentos militares, o domínio do território nacional através da ocupação e do povoamento era extremamente importante nessa empreitada de construção do Brasil como país civilizado. Para Silvio Romero, Luís Pereira Barreto, Euclides da Cunha, etc., o estado de esquecimento e desconhecimento em que se encontravam o território e as sub-raças nacionais condenava o nosso país a permanecer de fora do concerto das civilizações, ou pior, a ser esmagado pelo rolo compressor das novas potências imperialistas.

Dessa falha inicial, do desconhecimento da índole exata de nosso povo, originam-se nele, especialmente na classe que se diz dirigente e nada de fato dirige, as seguintes consequências, fontes de grandes males e de cruéis enganos para a Nação inteira: 1 não se ver a antinomia profunda entre o estado real do país, quase todo ainda inculto e mergulhado no maior atraso, e o tempo presente, época do carvão de pedra, do vapor, da eletricidade, da grande agricultura, da grande indústria... época de vertiginoso movimento que não espera pelos retardatários; 2 não se reparar em a não menor antinomia que lavra entre o povo quase inteiro e uma pequena elite de intelectuais...; 3 não se levar em conta a ainda menos iniludível antinomia existente entre essa mesma elite de nossos diretores, políticos, jornalistas e literatos, e os seus colegas entre os povos verdadeiramente cultos...; 4 a ilusão oriunda das três falhas notadas, de possuímos as mesmas qualidades, os mesmos predicados dos povos que supomos poder imitar... (ROMERO, 2001, p. 108)

Na visão desse grupo, a missão de construir o Brasil enquanto uma sociedade-nação civilizada tornava a questão da integração, em todas as suas dimensões (econômica, política, social, territorial), um imperativo! A constituição de uma economia doméstica baseada no trabalho livre, a construção de um Estado republicano, a defesa do território e, principalmente, a formação do povo-nação brasileiro passaria pelo problema da integração.

* * *

A preocupação com a situação de esquecimento e abandono das populações que viviam ao longo do vasto território brasileiro já estava presente nos primeiros textos da geração de 1870. Ainda em 1879, Tobias Barreto, professor da Faculdade de Direito de Recife, escrevia com preocupação sobre o estado desolador em que se encontrava uma das cidades mais ricas da província de Pernambuco à época, Escada. Segundo Barreto, a cidade, assim como todas as cidades do interior de Pernambuco, que se encontrariam em situação ainda mais lastimável, vivia um cenário de desagregação social, de parasitismo político-estatal e de decadência econômica. O autor argumentava que esse cenário preocupante não só tomava o município e a própria província de Pernambuco, mas todo o restante do país, chegando à conclusão de que não haveria uma Nação no Brasil:

...o expoente da vida geral do paiz, é a falta de coesão social, o desagregamento dos indivíduos... entre nós, o que há de organizado, é o Estado, não é a Nação; é o governo... não é o povo, o qual permanece amorfo e dissolvido... (BARRETO, 1926, p. 101).

Algumas décadas mais tarde, dois dos mais ativos membros da geração de 70 dariam uma forma mais acabada para as preocupações expressadas por Tobias Barreto.

O primeiro deles, Luís Pereira Barreto, foi membro ativo da geração de 70, transitando entre o grupo dos positivistas da Corte e dos federalistas científicos paulistas. O médico, formado na Bélgica, trabalhou muito pela difusão do positivismo e esteve envolvido com os grupos republicanos do Rio e de São Paulo. O pensador tinha como bandeira a defesa da instrução e do povoamento como os caminhos mais adequados para o progresso do país.

Em artigo publicado em 1901, no jornal *O Estado de São Paulo*, “*O século XX sob o ponto de vista brasileiro*”, Pereira Barreto iniciava o seu texto com um elogio ao Clube de Engenharia pelos esforços em traçar um plano de obras que daria à nacionalidade a feição de um organismo homogêneo, recuperando o tema da integração territorial. Segundo o autor, os engenheiros tinham a capacidade de entender e prever o caminho que o Brasil deveria seguir para se transformar em uma grande nação. Barreto, então, questionava: “o que é que impede que sejamos essa poderosa nacionalidade, que a nossa engenharia planeja?” (BARRETO, 1981, p. 25).

Para Pereira Barreto, o principal obstáculo seria a nossa herança ibérica. O autor argumentava que facilmente podia-se perceber o estado de atraso no qual os chamados povos neolatinos se encontravam, particularmente quando comparados com os povos anglo-saxônicos. Contudo, essa situação não seria causada por uma deficiência ou atrofiamento de seus atributos mentais e fisiológicos, afinal, as vigorosas raças portuguesa e espanhola já haviam dominado o mundo durante o período das navegações. A explicação do autor é de que o problema das nações ibéricas e, conseqüentemente o nosso problema, seria um caso de “inibição mental”. O fanatismo católico teria desmantelado as energias da raça latina ao estimular o egoísmo individual, a falta de interesse pela pátria e a aversão à escola e à ciência. Desse modo, Barreto afirmava que o plano do Clube da Engenharia visando à constituição de uma nação poderosa não seria possível caso não realizássemos antes a renovação da mentalidade do povo brasileiro, através da instrução e da ciência. Para o autor, um povo inibido mentalmente só poderia ressurgir pelo sopro da ciência, através de um processo de instrução e mobilização que o tornaria capaz de realizar o levante nacional (BARRETO, 1981, p. 35).

O autor chega, então, à conclusão derradeira: durante todo esse tempo, tínhamos esquecido da “louça de casa”, da nossa “caipirada”, que tanto repudiávamos e deixávamos de lado, inerte, alheia ao movimento social. Todo esse momento de crise tinha sido causado por um problema intelectual e moral: a massa da nação estava inerte, indolente, indiferente, tomada por um ostracismo mental e político, não conhecia escolas, não havia recebido estímulos. Desse modo, era urgente despertar as inteligências adormecidas através da educação, animar o espírito e a força desse povo que até agora estava abandonado (BARRETO, 1981, p. 41). O projeto de engenharia de integração territorial só estaria completo com um projeto de integração social e cultural dos “elementos nacionais”, a gente do interior que se constituía como verdadeiro tipo nacional e que devia ser incorporada à pátria e à civilização através da instrução, da ciência e da educação. Era preciso construir uma nação consciente de seus interesses e de seu destino, sob a pena de ficarmos de fora do novo mundo civilizado.

O segundo membro de destaque do movimento de 70 que trataria anos mais tarde sobre a situação de esquecimento das populações nacionais foi Silvio Romero. Em

discurso proferido em 1906, como parte da cerimônia de posse de Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras, Romero afirmou que o sucesso de crítica e de público conquistado pelo livro “*Os Sertões*” era o reconhecimento de um estudo social sério que revelava um país desconhecido. Após rasgar elogios à obra de Euclides, Romero apresenta seu próprio ponto de vista sobre a questão. Para o autor, o quadro de desagregação e abandono das populações e territórios do interior seria consequência da índole das três raças que colonizaram o país.

Segundo Romero, o português, que estaria acostumado ao comércio e ao fácil pastoreio, teve de enfrentar uma cultura rude e penosa no nosso país, recorrendo, assim, ao trabalho escravo das raças selvagens (o índio e o africano) e aos grandes latifúndios. Desse modo, o nosso país teria sido colonizado por meio de uma série de feudos, subordinados aos mandos e desmandos dos senhores e sustentados pelos braços dos escravos. O problema é que uma parte significativa da população, que não era nem senhor, nem escravo, não encontrava oportunidade de trabalho, nem um pedaço de terra para cultivar. O resultado seria uma massa de “doze milhões de brasileiros que habitam todo o interior”, acostados “como agregado à patronagem dos grandes proprietários”, divididos nos povoados em dois grupos: os dos que mourejam na prática duns ofícios reles que lhes garante uma existência penosíssima e o dos que resvalaram numa pobreza abjeta (ROMERO, 2001, p. 88).

Para o autor, com a inexistência de trabalho livre e a consequente falta de estabilidade econômica que assolava essa população, não haveria de se produzir outro quadro que não o marasmo das gentes e o abandono das coisas que encontramos no interior, as largas zonas do país que se debatem na miséria, no atraso, no entorpecimento (idem, *ibidem*, p. 155). O nosso povo não estava ligado ao solo, subsistia nele como uma vegetação estranha. Não havia aferro ao trabalho, não havia base econômica segura, não havia espírito de iniciativa, nem mesmo a luta pelo progresso e bem-estar. Essa conjunção de fatores teria forjado um povo desinteressado, não organizado, inconsciente. Um povo que nasce, vegeta e morre sem ter quase servido à sua pátria. Para piorar, a elite que o dirige só estaria preocupada em parasitá-lo. Inspirado no seu mestre Tobias Barreto, Romero reafirma que o Brasil não era uma Nação, não tinha um povo constituído: “faltam-nos a hierarquização social, o

encadeamento das classes, a solidariedade geral, a integração consensual, a disciplina consciente dum ideal comum, a homogeneidade íntima” (idem, *ibidem*, p. 90).

Animado pela obra de Euclides, o autor pregava que o país devia tratar de fazer tudo que fosse “possível em prol de tais populações, educando-as, ligando-as ao solo, interessando-as nos destinos desta pátria” (ROMERO, 2001, p. 90). Era necessário atrair-las para o trabalho rural, para o povoamento da terra, realizando a colonização nacional. Era fundamental articular as zonas onde se encontravam por meio de vias férreas que as integrassem à economia do país. Era vital levar até elas “uma educação rija, segura, forte, enérgica, adequada, transformando o caráter nacional e preparando-o pela disposição da coragem, espírito de progresso, de atividade, de iniciativa, de ardor pelo trabalho produtivo” (idem, *ibidem*, p. 100). Em suma, era preciso integrar a população nacional, caso contrário, estaríamos condenados a ocupar, no jogo das nações, o mesmo lugar que os escravos e indígenas ocuparam na hierarquia social do nosso país.

3.1. Os sertões e a pátria desconhecida

Definitivamente, o texto que melhor sintetiza a perspectiva de que o Brasil só se constituiria enquanto uma sociedade nacional moderna quando realizasse a integração de sua raça e de seu território é a obra-prima de Euclides da Cunha⁵, “*Os Sertões*”. O enredo literário e histórico do livro encadeia a trama mesológica do sertão com o processo de colonização do país pelas três raças, desdobrando-se na formação de um tipo étnico nacional, o curiboca sertanejo, que durante 300 anos foi conservado por esse ambiente hostil justamente por não ter sido surpreendido por uma “civilização de empréstimo”, tendo como desfecho trágico a guerra que vem chamar esse povo à civilização pela carga de baionetas. Desse modo, sintetiza uma série de preocupações e questões que estavam presentes na visão de mundo e no projeto de sociedade do

⁵ Apesar de ser bem mais novo que os outros membros da geração de 1870, Euclides da Cunha formou-se dentro do coração do movimento de 1870. O sucesso do seu primeiro livro entre os membros mais velhos da geração de 1870, o sucesso de público e crítica (que lhe rendeu a nomeação para o IHGB, para a ABL e para o Itamaraty), evidenciam o fato de que a obra e o autor eram tidos, se não como parte da própria geração, certamente como herdeiros diletos dela (NEEDELL, 1993, p. 256).

movimento de 1870: o determinismo do meio na formação da raça; a releitura da colonização pela imagem das três raças, tendo como produto a figura do mestiço; o questionamento sobre a existência de um tipo étnico nacional, de um povo-nação; e o mais importante, a tragédia do desconhecimento, esquecimento e fragmentação das populações e do território nacionais, um mal que condenava o país a permanecer na lanterna das civilizações.

Euclides abre “*Os Sertões*” com um vasto quadro do cenário geográfico que caracteriza as regiões centrais do Norte do país. A trama é iniciada pela constatação de que a oeste do nosso território, um pouco além da exuberância das terras do litoral, das terras que fazem do nosso país a região mais “afeiçoada à vida”, existe um território esquecido, uma terra ignota. Uma região que fora evitada pelas bandeiras do Sul e do Norte, onde nenhuma “vaga humana” se fixou. Os sertões centrais eram inóspitos, uma região incipiente que ainda se preparava para a vida

O autor era adepto do determinismo natural e histórico pregado pelas doutrinas científicas europeias, acreditando que haveria uma “grande lógica inconsciente das coisas” determinando o curso da história (SEVCENKO, 1999, p. 200). Nesse sentido, a descrição do cenário geográfico dos sertões centrais pretendia introduzir a trama mesológica na qual o meio é o sujeito e o homem é apenas um reagente. A tragédia natural que se desenrolava nos sertões era o contexto mais amplo a partir do qual se engendravam as tragédias do homem e da guerra.

No segundo quadro do livro, o autor parte para a análise da trama antropológica envolvida na tragédia de Canudos. Como herdeiro dileto da geração de 1870, inicia a análise considerando a questão etnológica no Brasil. Segundo Euclides, os elementos iniciais envolvidos na formação da raça brasileira foram os índios, os africanos e os portugueses. Contudo, esses três elementos não teriam se unificado, desdobrando-se em um conjunto de subformações raciais: como o mulato, o curiboca e o cafuz. Essa formação racial subdividida ainda fora complementada por uma diversidade de climas e condições geográficas encontradas ao longo do território nacional, criando um processo mesológico variado. Assim, concluía o autor, “o brasileiro, tipo abstrato que se procura... só pode surgir de um entrelaçamento consideravelmente complexo”, “avaliando-se, porém, as condições históricas que têm atuado (...) vê-se bem que a

realidade daquela formação é altamente duvidosa, senão absurda” (CUNHA, 2001, p. 155).

O autor argumenta que esse cenário antropológico multiforme fora produzido pela influência de condições naturais variadas sobre a história. Desse modo, Euclides defendia que correspondendo aos dois habitats naturais colonizados ao longo da história do país e às respectivas tramas mesológicas e raciais envolvidas, teríamos duas formações sociais diferentes: a do Norte e a do Sul. Preso no litoral, o Norte teria reproduzido o ambiente moral da velha sociedade colonial portuguesa. Bloqueado entre os canaviais e o sertão, agravado pelo clima, perdera todo o aprumo e o espírito de revolta: reproduzia a decadência da metrópole e os vícios de uma nacionalidade em decomposição. O Sul, a partir do cruzamento com as tribos indígenas e da aclimação em meio menos adverso, teria sido formado por mamelucos audazes, um tipo aventureiro e rebelde que investiu contra a terra, entocando-se nos interiores do país e, assim, libertando-se da tutela da metrópole. Os bandeirantes teriam sido atraídos pelos rios para o seio da terra, para um meio que os fortalecia e melhorava, ficando isolados histórica e etnicamente, anulando o apego ao litoral.

Eis que entre essas duas sociedades distintas, com formações históricas segregadas, estava o rio São Francisco. “Abrindo aos exploradores duas entradas únicas”, levou “os homens do Sul ao encontro dos homens do Norte”, servindo desde o princípio como um unificador étnico (CUNHA, 2001, p. 186). Através do imenso rio, os sertões centrais foram povoados e cresceram de forma autônoma através do pastoreio. Esquecida pela metrópole e pelos governadores, longe da turbulência do litoral e das aventuras das minas, aquela região representava o quase único aspecto tranquilo da nossa cultura (idem, ibidem, p. 188). Ali, divorciada do resto do Brasil, a raça de mamelucos, trazida pelas bandeiras do Sul ou formada pelo contato dos jesuítas com os indígenas, conservava a índole varonil e aventureira dos avós.

Para Euclides, a raça mestiça formada nos sertões centrais configurava um tipo nacional bem definido, guardando uma vantagem muito importante com relação ao mestiço do litoral. Segundo o autor, a degeneração das raças mestiças era provocada pela acomodação penosa e difícil às condições de vida mais elevadas do elemento étnico superior. Quando a essa acomodação, somava-se a sobrecarga intelectual e moral

de uma civilização, o desequilíbrio era inevitável. Desse modo, nas cidades do litoral, onde as funções complexas da civilização se impunham aos órgãos mal constituídos dos mulatos, a degeneração física e mental da raça mestiça era um mal incontornável. Contudo, o curiboca sertanejo, abandonado e insulado nos sertões, teria se livrado dessa adaptação penosa a um estágio social superior, evitando o processo de degeneração física e mental. De alguma forma, o meio geográfico permitiu que o cruzamento racial acontecesse em condições mais adequadas aos elementos étnicos inferiores. O sertão, ao isolá-lo, o protegeu dos cruzamentos incessantes e de uma civilização de empréstimo. Em suma, produziu um tipo étnico bem definido, bem formado e que vinha do encontro das duas formações sociais brasileiras, o Norte e o Sul.

Euclides havia encontrado o tipo étnico representativo da nacionalidade, que sim, era um mestiço, mas um mestiço apto a receber o processo de civilização. “Era natural que, admitida a arrojada e animadora conjectura de que estamos destinados à integridade nacional, eu visse naqueles rijos caboclos o núcleo de força da nossa constituição futura” (CUNHA, 2001, p. 788).

No terceiro quadro da obra, a epopeia sertaneja encontra seu desfecho: a guerra, a síntese histórica da tragédia brasileira. O conflito entre um grupo de retrógrados esquecidos no tempo e isolados no espaço, guiados por um bronco que reunia em uma individualidade todos os atributos psíquicos arcaicos daquele povo, e os soldados mestiços de um Brasil que tomou a civilização de improviso e que procurava inserir aquele povo ignorado na mesma pela carga de baionetas. Uma guerra que fora provocada por nossa imprevidência, pelo descaso que tivemos com as exigências da nossa própria nacionalidade, deixando “na penumbra em que jazem, no âmago do país, um terço de nossa gente. Canudos era o afloramento das camadas étnicas mais profundas da nossa formação. Para os soldados que lá chegavam para combater, aquela sociedade era como uma “outra pátria”, esquecida, ignorada. O sertão era uma terra estranha, desértica, miserável, povoada por malocas de pau-a-pique. O sertanejo, um outro povo, com outros costumes e mesmo uma outra língua.

A guerra era a prova viva do desconhecimento e da discordância absoluta entre o litoral e o interior. Entre o Brasil que vivia há 400 anos nas margens do Atlântico, recebendo os reflexos da vida civilizada europeia, iludido por essa civilização de

empréstimo, alheado de toda a vida nacional existente a oeste, e o Brasil do interior, esquecido durante séculos, isolado de tudo o que ocorria no litoral, vivendo sob os mesmos costumes de seus avós, levando uma vida quieta e miserável. Um desequilíbrio que, para Euclides, perturbava a unidade nacional e ameaçava o nosso desenvolvimento evolutivo. Assim, o autor encerrava a obra com a seguinte preocupação:

Como podemos ver, uma das principais críticas realizadas pelo autor em “*Os Sertões*” dizia respeito ao tratamento irracional que o país vinha dando ao seu território e às populações que nele viviam. Como o autor argumenta na parte “*A Terra*”, a colonização do país foi realizada por meio da “criação de desertos” (queimadas e latifúndios), sacrificando o nosso solo, a nossa terra, o nosso território, e com ele, o nosso futuro: um progresso a recuadas. Mais trágico ainda era o modo indiferente e inconsequente com o qual lidávamos com as populações do nosso país, explorando-as, abandonando-as e, para piorar, movendo uma guerra contra elas. Euclides, como os demais membros da geração de 1870, acreditava na inexorabilidade do progresso e na aptidão da ciência para guiá-lo, vendo com profunda desilusão esse modo irracional como as elites brasileiras vinham conduzindo o país. Para ele, como para os outros, essa era uma das principais causas e sintomas do atraso do país (SEVCENKO, 1999, p. 144).

Inspirado na perspectiva spenceriana, o autor acreditava que havia um processo evolucionário linear e ascendente em curso, tendo como destino final uma realidade moral e material mais elevada. A seu ver, as sociedades europeias já estariam atingindo essa realidade na medida em que adotavam o regime do industrialismo e do liberalismo político e econômico. Desse modo, a civilização era um destino inevitável e o Brasil não podia continuar de fora dela. A condução irracional do governo das coisas e das gentes, o conseqüente abandono e sacrifício do território e, sobretudo, o esquecimento e a fragmentação das populações, eram marcas de uma situação de atraso mortal na qual o país não podia se dar ao luxo de permanecer (SEVCENKO, 1999, p. 144).

Como bom adepto da política científica presente nas doutrinas de meados do século XIX, Euclides acreditava na possibilidade de superação desse destino trágico através do conhecimento: ou seja, do ajustamento ao processo civilizatório com auxílio do olhar autorizado da ciência. Nesse sentido, acreditava que o Estado devia conduzir corretamente a sociedade na superação desse estado de atraso, realizando as reformas

necessárias a partir da orientação de uma elite científica. Evidentemente, como proposto pelos membros mais velhos de 1870, o primeiro passo seria a elaboração de um saber sistemático sobre o Brasil, de modo que o movimento de intervenção fosse feito de modo consequente, em favor da pátria como um todo. Na visão do engenheiro militar, profundamente influenciada pela antropogeografia de Ratzel, o segundo passo seria a realização da exploração científica de nosso território, de modo que fosse possível efetivar, em seguida, um domínio franco sobre “a grande base física da nossa nacionalidade” por meio de um amplo projeto de engenharia que articularia todo o território nacional através de um plano de ligação viária entre as diversas regiões do país (SEVCENKO, 1999, p. 149).

Simultaneamente, realizaríamos o objetivo final de incorporar os sertões e as populações do interior à vida civil e econômica do país, difundindo a educação, o amparo legal do Estado, a regulação do trabalho e, conseqüentemente, a cidadania. Através da rede viária, combinada com uma rede de comunicação, integraríamos o país, consolidando o mercado interno, disseminando a tutela do Estado e forjando um povo-nação instruído e consciente de seus interesses. Euclides acreditava na função da educação, do direito e do trabalho como produtores de solidariedade social, a base moral que interligaria as populações espalhadas pelo país constituindo-as como uma nação (SEVCENKO, 1999, p. 149).

4. Considerações finais

Pode-se dizer que a perspectiva de Euclides da Cunha, Silvio Romero, Luís Pereira Barreto, dentre outros, é paradigmática com relação aos pensamentos e sentimentos de parte dos grupos que compuseram o movimento político-intelectual de 1870 e que mais tarde se efetivaram como parte da elite política e burocrática da República. Nesse sentido, a nossa hipótese é de que a crença na integração territorial, econômica, política e social como questão central do processo de civilização do país, passando inclusive pela constituição do povo e da nação, foi compartilhada por uma série de segmentos sociais que protagonizaram os eventos que marcam o fim do Império e o advento da República.

Defendemos a ideia de que o movimento de 1870, junto com sua visão de mundo, é consequência e, ao mesmo tempo, vetor do processo de integração socioeconômica que chegou com muita força ao país entre as décadas de 1850 e 1870. Movidos por uma visão cientificista e materialista de mundo, percebiam esse processo como um quadro evolucionário no qual todas as sociedades caminhavam para a civilização, um destino inevitável ao qual o Brasil precisava se adequar por meio da intervenção do Estado guiado por uma intelligentsia. Em um momento em que a profissão intelectual ainda não tinha se autonomizado, não hesitaram em compor as fileiras das associações políticas e das repartições públicas, se empenhando na escrita de uma ciência sobre o Brasil que claramente visava forjar doutrinas e programas de intervenção. A missão era pavimentar o caminho para constituição do Brasil enquanto uma sociedade-nação civilizada (ALONSO, 2002, p. 175).

À medida que mergulhavam na tarefa de desenvolver uma ciência sobre o Brasil, instrumentalizados com as categorias deterministas de meio e raça e movidos pela preocupação do que era e o que não era o Brasil, perceberam que o povo e a nação brasileira não estavam constituídos e que cabia ao Estado realizar essa missão civilizatória. Parte do grupo acreditava que a melhor solução seria uma política voltada para a questão racial, outra parte focava na questão da integração socioterritorial. A partir do olhar para o meio e a raça como fatores condicionantes da nacionalidade e, conseqüentemente, como eixos do projeto de intervenção em favor da civilização, a tarefa de integração do território e das populações foi se impondo como questão urgente.

Em suma, era preciso levar até o interior do país, por meio de vias férreas e telégrafos, modelos socioeconômicos e culturais capazes de instaurar a solidariedade e a organicidade nacional, além de ensejar novos modos de pensar e agir sintonizados com o padrão civilizado e moderno que chegava até nós pela Europa. A partir dessa perspectiva, alguns membros do movimento vislumbraram o potencial existente na construção de uma nova capital no centro do país, servindo como polo irradiador desses modelos socioeconômicos e culturais que promoveriam a solidariedade e a organicidade da pátria e que forjariam modos de vida e estruturas sociais compatíveis com o paradigma moderno e civilizado. O que estava em jogo era o próprio ser nacional, a

entidade “Brasil”, e, sobretudo, o lugar que essa entidade ocuparia na história da civilização moderna. Continuar de fora dela não era uma opção, pois era o mesmo que estar condenado à morte enquanto país e sociedade. Todos os diagnósticos e respectivos programas de intervenção passavam necessariamente por essa questão identitária.

Como coloca Ortiz, toda identidade se define em relação a algo que lhe é exterior, enquanto diferença. Mas, simultaneamente, apresenta uma dimensão interna: “dizer que somos diferentes não basta, é necessário mostrar em que nos identificamos” (ORTIZ, 2006, p. 7). Naquele momento, o processo de reconstrução da identidade nacional se diferenciava com relação ao exterior por meio da imagem de atraso e inferioridade contraposta à superioridade da civilização europeia, aquilo que não éramos e que deveríamos ser. Do ponto de vista da identificação interna, a “imagem do que éramos” era marcada pelas heranças funestas da colonização, pela constituição étnica ambígua das populações mestiças e pela fragmentação dessas populações ao longo de um território desconhecido. Assim, a identidade nacional era problematizada como fator condicionante de um estágio de atraso (características herdadas do passado e que marcavam o presente), como chave para uma intervenção emancipatória (realidade a ser conhecida e dominada em favor da mudança) e como meta a ser realizada (a tarefa de nos tornarmos tudo aquilo que não éramos).

Olhando por essa perspectiva, fica evidente, como apontado por Ortiz, que esse processo identitário constituía-se como um processo a partir do qual eram forjadas as fronteiras de uma política que pretendia se efetivar como legítima (ORTIZ, 2006, p. 9). O que estava em questão era a definição de um projeto de Civilização no Brasil que justificava a procedência desses grupos, em detrimento de outros, no comando do processo de transformação política, econômica e social pelo qual o país passava. Diferentemente da construção identitária do Império, de tipo tradicional, legitimada pelo passado através da fundação do mito romântico, a construção identitária do movimento de 1870 era de tipo moderno e ideológico, pautava-se no novo e no futuro, na realização de um dever-ser. Pela própria ambiguidade da situação, a identidade nacional era reconstruída através da negação do passado (como fonte de atraso, como estágio a ser superado) e pela projeção para o futuro, como realização de um dever-ser: a constituição do Brasil como uma sociedade-nação civilizada.

Um novo projeto de sociedade que movia – de forma consciente e inconsciente – praticamente todos os grupos do movimento de 1870 e que começaria a ser mais ou menos efetivado na Primeira República.

Referências

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BARRETO, Tobias. **Discursos**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1926.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2001.

DURANT, Will. **Os grandes filósofos: Herbert Spencer**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1980.

LEMOS, Renato. **Benjamin Constant: vida e história**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MORAES FILHO, Evaristo de. **Auguste Comte: sociologia**. São Paulo: Ática, 1989. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

ROMERO, Silvio. **O Brasil social e outros estudos sociológicos**. Brasília: Senado Federal, 2001.

_____. **Realidades e ilusões no Brasil: parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios**. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VITA, Luís Washington. **Alberto Sales: Ideólogo da república**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

O debate sobre meio e raça na geração intelectual de 1870: a construção de um projeto de civilização para o Brasil

Resumo: Desde a década de 1850, as bases materiais e simbólicas do Império vinham se desestruturando. No âmago desse período de crises e transformações, uma série de grupos e atores sociais que viviam e incorporavam esse período de diferentes perspectivas, começaram a gestar – direta e indiretamente, consciente e inconscientemente, por meio do cruzamento de práticas e discursos – um novo projeto de país, um novo projeto de sociedade: um projeto de “Civilização” inspirado na realidade que despontava no Velho Mundo. Dentro desse contexto, a chamada geração intelectual de 1870 assume a missão de formular análises e perspectivas sobre o país com o objetivo final de traçar o caminho que constituiria o Brasil como um país civilizado. Em suas análises, descobrem o “problema” da indefinição racial e da falta de integração nacional como obstáculos a serem superados nesse sentido, propondo uma série de projetos de intervenção.

Palavras-chave: Geração 1870; Civilização; Meio; Raça

The debate on environment and race in 1870 intellectual generation: the construction of a civilization project for Brazil

Abstract: Since 1850, the material and symbolic bases of the Brazilian monarchy came to be destabilized. At the heart of this period of crises and transformations, a number of groups and social actors living this period from different perspectives, began to gestate - directly and indirectly, consciously and unconsciously, through the intersection of practices and discourses - a new project of country, a new project of society: a project of "Civilization " inspired by the reality that emerged in the Old World. In this context, the 1870' Brazilian intellectual generation assumed the mission to formulate analyzes and perspectives on the country with the ultimate goal of tracing the path that would constitute Brazil as a civilized country. In their analysis, they discovered the "problem"

of racial miscegenation and the lack of national integration as obstacles to overcome, proposing a series of intervention projects.

Key words: 1870 Brazilian Intellectual Generation; Civilization; Environment; Race

Recebido em: 01 de junho de 2015.

Aceito para publicação em: 17 de dezembro de 2015.